Relatório de Auditoria 202603-01

Ação: Avaliar a conformidade e a efetividade das práticas e controles de acessibilidade para garantir acesso equitativo a instalações por pessoas com deficiência em alinhamento às normas e à legislação aplicáveis.

01 de outubro de 2026

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA n.º 202603-01

Unidade examinada:
PROPLAD/DIRPRO

Período de realização:
Janeiro a setembro de 2026

Restrições à execução dos trabalhos:
Não houve restrições.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Avaliar a conformidade e a efetividade das práticas e controles de acessibilidade arquitetônica para garantir acesso equitativo a instalações por pessoas com deficiência na UTFPR em alinhamento às normas e legislações aplicáveis.

POR QUE ESTE TRABALHO FOI REALIZADO?

Este trabalho está elencado no PAINT/2026, quadro 5, item 3, como um dos trabalhos originados da avaliação de riscos e tem como escopo avaliar a conformidade e a efetividade das práticas e controles de acessibilidade para garantir acesso equitativo a instalações por pessoas com deficiência na UTFPR em alinhamento às normas e legislações aplicáveis.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

A análise das informações sobre as condições de acessibilidade arquitetônica e os recursos orçamentários destinados às respectivas adequações evidencia que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) vem promovendo ações contínuas, mediante obras, adaptações, manutenção e descentralização de recursos. Entretanto, permanecem barreiras pendentes de solução e os recursos disponíveis são insuficientes para atender integralmente às demandas identificadas.

Nesse contexto, a auditoria aponta a necessidade de fortalecer a integração entre os diagnósticos de acessibilidade e o planejamento orçamentário, mediante levantamento periódico, registro sistematizado, classificação das demandas por criticidade dos 13 campi, de modo a direcionar os recursos disponíveis e acompanhar a redução do passivo de acessibilidade. Este procedimento deverá subsidiar o planejamento institucional e orçamentário, bem como a execução, a manutenção e o acompanhamento das intervenções.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUDIN ..... Auditoria Interna
DEPRO ..... Departamento de Projetos e Obras
DIRPLAD ..... Diretoria de Planejamento e Administração
DIRPRO ..... Diretoria de Projetos e Obras
NAI ..... Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NUAPE ..... Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil
PROPLAD ..... Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PABR ..... Plano de Auditoria Baseado em Riscos
PAINT ..... Plano Anual de Auditoria Interna
PDI ..... Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR
RA ..... Relatório de Auditoria
SA ..... Solicitação de Auditoria
SEI/UTFPR ..... Sistema Eletrônico de Informação da UTFPR
UTFPR ..... Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4
1.1. DA AÇÃO DE AUDITORIA 4
1.2. ESCOPO DA AÇÃO DE AUDITORIA 5
1.3. DA SITUAÇÃO ATUAL 5
2. RESULTADOS DOS EXAMES 6
2.1. DIAGNÓSTICOS DE ACESSIBILIDADE DESATUALIZADOS, INCOMPLETOS OU SEM PERIODICIDADE DEFINIDA 6
2.2. EXISTÊNCIA DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS PENDENTES DE SOLUÇÃO E NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS INTERVENÇÕES 7
2.3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS INSUFICIENTES PARA ATENDIMENTO INTEGRAL DAS DEMANDAS E NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO ENTRE PRIORIDADES E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO 8
2.4. AUSÊNCIA DE SISTEMÁTICA INSTITUCIONAL CONSOLIDADA PARA REGISTRO, CRITICIDADE, ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS 9
2.5. POSICIONAMENTO DA UNIDADE AUDITADA REFERENTE A PROJETOS DE NOVAS EDIFICAÇÕES E OBRAS E REFORMAS 10
2.5.1 PROJETOS DE NOVAS EDIFICAÇÕES 10
2.5.2 OBRAS E REFORMAS 10
2.5.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E PLANO E ORÇAMENTO PARA CORREÇÃO 10
3. RECOMENDAÇÕES E PLANOS DE AÇÃO 11
4. CONCLUSÃO 12
ANEXO I 13
1.1 MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE EXAMINADA 13
1.2 ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA 15
ANEXO II 16
1 CONTABILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS 16

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA AÇÃO DE AUDITORIA

O presente relatório de auditoria tem como objetivo avaliar a conformidade e a efetividade das práticas e controles de acessibilidade para garantir acesso equitativo a instalações por pessoas com deficiência em alinhamento às normas e legislações aplicáveis, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna de 2026 (PAINT), quadro 5, item 3.

Esta ação foi selecionada com base na metodologia do Plano de Auditoria Baseado em Riscos da AUDIN (PABR). A matriz de riscos avalia a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial de cada risco. Ao aplicar o PABR à matriz de riscos do PDI 2023-2027, na dimensão "Infraestrutura física" e no macroprocesso "Gestão de infraestrutura", o processo " Gestão de espaços físicos e infraestrutura " obteve um impacto de 8 e uma probabilidade de 5, resultando em uma pontuação de 40 no nível de risco. O risco identificado está relacionado a problemas de acessibilidade, que podem levar à exclusão de usuários com mobilidade reduzida. A causa raiz identificada foi a ausência de rampas e elevadores adequados, e as medidas de mitigação propostas incluem a adequação de espaços com normas de acessibilidade.

Embora a classificação corresponda a um nível de risco baixo em comparação a outras áreas avaliadas, a ação foi priorizada em razão da relevância institucional do tema acessibilidade e da inexistência de trabalhos anteriores de auditoria com esse escopo na UTFPR. A ausência de avaliações independentes sobre a conformidade das condições de acessibilidade arquitetônica limita a obtenção de informações objetivas acerca da efetividade dos controles existentes e do grau de aderência às normas legais aplicáveis.

Adicionalmente, o risco identificado está relacionado à possibilidade de exclusão ou restrição de acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos espaços institucionais, situação que pode comprometer a inclusão, a igualdade de oportunidades e o cumprimento da legislação vigente. Nesse contexto, a auditoria busca proporcionar uma avaliação diagnóstica da situação atual, identificar oportunidades de melhoria e contribuir para o aprimoramento do planejamento e da gestão da infraestrutura física da Universidade.

Dessa forma, mesmo apresentando nível de risco relativamente baixo na matriz institucional, a realização da auditoria justifica-se pela relevância social e legal do tema, bem como pela necessidade de obtenção de uma visão institucional abrangente sobre a acessibilidade arquitetônica, considerando que o assunto ainda não foi objeto de avaliação pela atividade de auditoria interna da UTFPR.

Adicionalmente, a presente ação de auditoria está em conformidade com o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 da UTFPR. A avaliação da acessibilidade arquitetônica está diretamente relacionada ao cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2023-2027 da UTFPR, especialmente no Eixo Infraestrutura Física, que prevê a intensificação das ações de promoção da acessibilidade e a adequação contínua dos espaços institucionais (Macro objetivo 73 – Promover a melhoria da infraestrutura nos espaços e serviços acadêmicos dos campi para garantir a acessibilidade digital, física e arquitetônica).

A auditoria, portanto, contribui para verificar o grau de implementação das iniciativas estratégicas da Universidade e para fornecer subsídios à gestão na priorização de investimentos e ações corretivas voltadas à inclusão e à acessibilidade

12. ESCOPO DA AÇÃO DE AUDITORIA

A presente ação de auditoria tem caráter predominantemente diagnóstico e preventivo, buscando identificar oportunidades de melhoria relacionadas a elementos como rotas acessíveis, rampas, elevadores, sanitários acessíveis, sinalização, vagas reservadas, acessos aos edifícios e demais componentes da infraestrutura física previstos nas normas de acessibilidade. Os resultados podem subsidiar o planejamento institucional, a priorização de investimentos e a implementação de ações corretivas e preventivas voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas.

Espera-se que a ação contribua para o fortalecimento da governança da infraestrutura física, para a mitigação de riscos de exclusão e restrição de acesso aos espaços universitários e para o cumprimento das obrigações legais e institucionais relacionadas à promoção da acessibilidade e da inclusão na UTFPR.

Para a realização dos trabalhos, foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria: análise documental; indagação escrita e oral; e correlação dos dados obtidos. Registra-se que não houve restrições ou limitações à realização deste trabalho.

No desenvolvimento dos trabalhos, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como o Chatgpt versão avançada, o Gemini e o NotebookLM, como apoio à pesquisa e ao benchmarking, à análise e organização de informações, ao aprimoramento textual, à elaboração de argumentos e à revisão do conteúdo. As informações e referências obtidas ou sugeridas pela ferramenta foram submetidas à análise crítica e, quando aplicável, conferidas com as respectivas fontes, cabendo à equipe de auditoria a validação das informações, o julgamento profissional e a responsabilidade pelas evidências, conclusões e recomendações apresentadas neste relatório.

Importante observar que as informações fornecidas pelos auditados, sejam aquelas oriundas de sistemas informatizados, sejam as preenchidas manualmente, podem representar uma limitação à auditoria, na medida em que a validação dos achados apresentados depende da confiabilidade e da completude das informações apresentadas, razão pela qual propõe-se preliminarmente o encaminhamento do relatório aos comentários dos gestores.

13. DA SITUAÇÃO ATUAL

Para subsidiar a execução dos trabalhos de auditoria sobre acessibilidade arquitetônica na UTFPR, foram emitidas solicitações de auditoria direcionadas às unidades responsáveis pelas informações necessárias à avaliação do tema.

A Solicitação de Auditoria nº 202603-01 foi encaminhada à Diretoria de Projetos e Obras (DIRPRO), considerando que as questões abordam políticas institucionais, planos, normativos internos, critérios técnicos e diretrizes gerais relacionadas à acessibilidade arquitetônica no âmbito da Universidade. Adicionalmente, foram encaminhadas solicitações aos Departamentos de Projetos e Obras (DEPRO) dos campi, tendo em vista que essas unidades detêm informações sobre as condições locais de acessibilidade, diagnósticos, intervenções realizadas, demandas existentes, levantamentos técnicos e demais aspectos relacionados à infraestrutura física de cada campus.

A Solicitação de Auditoria nº 202603-02 foi encaminhada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), por contemplar informações relacionadas ao planejamento e à execução orçamentária institucional, bem como aos recursos destinados às ações de acessibilidade e adequação da infraestrutura física. Considerando a necessidade de consolidação das informações institucionais para atendimento à demanda da Auditoria Interna, foi solicitado às Diretorias de Planejamento e Administração (DIRPLAD) o encaminhamento de subsídios referentes a seu Campus, especialmente quanto: (i) à destinação de recursos próprios para ações de acessibilidade arquitetônica no exercício de 2026, com a indicação dos valores aplicados e respectiva documentação comprobatória; (ii) à avaliação da suficiência dos recursos destinados, tanto pela Reitoria quanto pelos campi, para atendimento das demandas identificadas, incluindo justificativas, estudos, levantamentos, documentos comprobatórios e eventuais demandas reprimidas; (iii) aos critérios adotados para priorização dos investimentos em acessibilidade arquitetônica, acompanhados da documentação disponível; e (iv) aos investimentos recentes realizados em acessibilidade arquitetônica, contemplando valores, escopo das intervenções executadas e documentação comprobatória correspondente.

As informações a serem prestadas pelas unidades demandadas subsidiarão o diagnóstico institucional das condições de acessibilidade arquitetônica da UTFPR, permitindo identificar o grau de conformidade da infraestrutura física às normas técnicas aplicáveis e os objetivos institucionais voltados à promoção da acessibilidade e inclusão.

Diante disso, seguem os resultados deste trabalho de auditoria.

2. RESULTADOS DOS EXAMES

2.1. DIAGNÓSTICOS DE ACESSIBILIDADE DESATUALIZADOS, INCOMPLETOS OU SEM PERIODICIDADE DEFINIDA

Embora os 13 campi tenham informado possuir algum levantamento ou diagnóstico das condições de acessibilidade arquitetônica, foram identificadas situações de desatualização, ausência de periodicidade formal de atualização e limitações quanto à abrangência dos levantamentos.

Guarapuava informou que seu último levantamento foi realizado em 2019; Pato Branco e Francisco Beltrão possuem diagnósticos cuja última versão foi elaborada em 2018; Santa Helena informou não dispor de diagnóstico técnico consolidado e integralmente atualizado, tendo elaborado, em julho de 2026, laudo simplificado para atendimento à auditoria; e Medianeira informou não possuir diagnóstico atualizado.

Quanto à periodicidade, Guarapuava, Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Dois Vizinhos, Ponta Grossa, Pato Branco, Santa Helena e Francisco Beltrão informaram não possuir rotina formalmente estabelecida para atualização periódica dos levantamentos.

Também foram identificadas limitações de abrangência: Cornélio Procópio informou que seu levantamento não contempla as áreas externas; Medianeira informou que as áreas externas, estacionamentos, calçadas e rotas de circulação ainda não possuem levantamento técnico integral; Curitiba informou que o levantamento contempla detalhadamente as áreas internas, mas apenas parcialmente os acessos externos e seu entorno; e Santa Helena informou que o levantamento ainda não contempla integralmente todas as áreas do campus.

A existência de diagnósticos com diferentes níveis de atualização e abrangência dificulta a consolidação do passivo de acessibilidade arquitetônica da Universidade e a definição de uma base única para o planejamento das intervenções e dos recursos necessários.

2.2. Existência de barreiras arquitetônicas pendentes de solução e necessidade de planejamento integrado das intervenções

As informações encaminhadas pelos campi evidenciam a permanência de inadequações relacionadas a diferentes elementos da acessibilidade arquitetônica.

Quanto às rampas, Apucarana, Toledo, Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco e Santa Helena informaram situações de atendimento parcial ou necessidade de adequação, incluindo problemas relacionados à declividade, necessidade de reformas e ausência de previsão de recursos para determinadas intervenções.

Quanto aos elevadores e plataformas, Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Dois Vizinhos, Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco e Campo Mourão informaram que nem todas as edificações com mais de um pavimento dispõem de equipamentos de circulação vertical acessíveis. Em alguns campi, essa situação está relacionada à antiguidade das edificações e às características construtivas e arquitetônicas existentes, que tornam mais complexa a realização de intervenções para instalação desses equipamentos. Em Curitiba, a situação mais crítica foi identificada na Sede Centro, que possui construções mais antigas e condições estruturais e arquitetônicas que dificultam a instalação de equipamentos de circulação vertical acessíveis. Destaca-se, ainda, a situação do Campus Ponta Grossa, que possui edificações construídas por volta de 1950, originalmente destinadas a um seminário, apresentando restrições estruturais e arquitetônicas que dificultam ou impedem sua adaptação para a instalação desses equipamentos. Em Ponta Grossa, foi relatada situação envolvendo o elevador do Bloco C, cuja obsolescência tecnológica e inviabilidade econômica de manutenção comprometem o acesso ao primeiro pavimento.

Também foram identificadas necessidades relacionadas à sinalização tátil e em Braille, inclusive nos campi de Guarapuava, Dois Vizinhos, Pato Branco, Campo Mourão e Santa Helena, que relataram ausência ou implantação incompleta de sinalização em Braille. Foram ainda apontadas necessidades de adequação de sanitários acessíveis em Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Curitiba, Ponta Grossa e Pato Branco.

Apesar das pendências identificadas, a UTFPR vem realizando investimentos em acessibilidade. Ponta Grossa informou investimentos em obras voltadas à mobilidade e interligação entre blocos; Curitiba, em pavimentação de áreas externas, plataformas elevatórias, elevadores, pisos podotáteis e sanitários acessíveis; Guarapuava, em rampas acessíveis; e Pato Branco, em pisos podotáteis e outras intervenções por meio de contrato de manutenção predial. A DIRPRO informou, ainda, que desde 2023 realiza editais específicos para descentralização de recursos destinados às ações de acessibilidade física nos campi.

Dessa forma, o achado não se refere à ausência de ações institucionais, mas à necessidade de integrar as demandas identificadas nos diagnósticos e as intervenções já realizadas ou previstas em um planejamento institucional único, de modo a possibilitar o acompanhamento da eliminação gradual das barreiras existentes.

23. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS INSUFICIENTES PARA ATENDIMENTO INTEGRAL DAS DEMANDAS E NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO ENTRE PRIORIDADES E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

As informações orçamentárias demonstram que a UTFPR vem utilizando diferentes mecanismos para financiar as ações de acessibilidade arquitetônica, incluindo recursos próprios dos campi, recursos descentralizados pela Reitoria e outras fontes de financiament o. Em 2026, Guarapuava informou recursos para aquisição de placas e totens com sinalização tátil, carteiras adaptadas e planejamento da aquisição de plataformas elevatórias; Ponta Grossa, previsão de ampliação de passarelas cobertas; Curitiba, recebimento de R$ 100.000,00 descentralizados pela Reitoria para pavimentação de passeios e construção de rampas; e Dois Vizinhos informou depender de recursos descentralizados pela Reitoria para execução das intervenções previstas. A DIRPRO informou a descentralização de recursos por meio do Edital de Chamada Pública nº 001/DIRPRO/2025.

Quanto à suficiência dos recursos, Curitiba, Dois Vizinhos e Ponta Grossa informaram que os recursos atualmente disponíveis não são suficientes para atender integralmente às demandas identificadas em seus laudos de acessibilidade. Pato Branco também relatou demandas ainda não atendidas em razão de limitações financeiras e operacionais. A DIRPRO informou que as dotações disponíveis são inferiores ao montante necessário para eliminar integralmente as barreiras arquitetônicas existentes nas edificações da UTFPR. Em sentido diverso, Guarapuava informou considerar suficientes os recursos disponíveis para promover gradualmente as intervenções remanescentes.

As informações dos campi constantes do levantamento arquitetônico também evidenciam que a disponibilidade orçamentária constitui condicionante para a execução de intervenções em Apucarana, Toledo, Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco, Campo Mourão e Santa Helena, havendo situações em que já existem projetos, estudos ou levantamentos, mas as intervenções aguardam recursos para sua implementação.

Verificou-se, portanto, que a insuficiência orçamentária não permite a eliminação imediata de todas as barreiras arquitetônicas identificadas, mas essa limitação reforça a necessidade de estabelecer critérios objetivos para a aplicação dos recursos disponíveis.

Atualmente, os critérios de priorização utilizados pelos campi apresentam diferenças. Dois Vizinhos informou priorizar segurança, rotas acessíveis e exigências das normas técnicas; Guarapuava utiliza como referência relatório técnico da área de projetos e obras; Ponta Grossa considera demandas da comunidade, laudos técnicos, avaliações do DEPRO, disponibilidade orçamentária e impacto sobre a mobilidade; Curitiba considera demandas da comunidade acadêmica e aquelas identificadas pelo Departamento de Projetos e Obras; e Pato Branco considera disponibilidade de recursos e demanda de utilização dos ambientes.

Por outro lado, para a descentralização institucional de recursos, a DIRPRO adota critérios objetivos estabelecidos em edital, considerando notificações de órgãos de controle, maturidade dos projetos, público beneficiado e impacto institucional.

Assim, verifica-se que existem critérios objetivos para a distribuição dos recursos descentralizados pela DIRPRO, mas os critérios utilizados para a priorização das demandas no âmbito dos campi não estão uniformizados em uma metodologia institucional única.

Nesse contexto, a restrição orçamentária, embora seja uma limitação concreta para a execução simultânea de todas as intervenções, não impede que a Universidade estabeleça uma sistemática

única para classificar as inconformidades por criticidade, definir prioridades, estimar custos, estabelecer cronogramas, indicar fontes de financiamento e acompanhar a redução progressiva do passivo de acessibilidade.

2.4. AUSÊNCIA DE SISTEMÁTICA INSTITUCIONAL CONSOLIDADA PARA REGISTRO, CRITICIDADE, ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Foram identificadas diferenças entre os campi quanto ao registro e acompanhamento das inconformidades. Apucarana, Londrina, Medianeira, Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão e Santa Helena informaram não possuir registro sistematizado ou centralizado específico das ocorrências relacionadas à acessibilidade. Em Curitiba, os chamados de manutenção são registrados em planilha, mas sem segregação específica das ocorrências de acessibilidade; Santa Helena não possui sistema ou planilha centralizada específica; Medianeira registra e acompanha as demandas pontualmente por meio do sistema de chamados de manutenção, utilizado para abertura de ordens de serviço por qualquer membro da comunidade acadêmica; e Ponta Grossa informou realizar levantamentos quando solicitado.

Também foi constatada ausência de classificação formal e padronizada das inconformidades por grau de criticidade nos 13 campi. Embora existam diferentes formas de priorização, não há metodologia institucional comum para classificação das situações segundo critérios como risco, impacto na autonomia e mobilidade, abrangência e urgência.

A participação das pessoas com deficiência nos diagnósticos também não ocorre de forma uniforme. Apucarana, Guarapuava, Toledo, Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Dois Vizinhos, Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco e Santa Helena informaram que não há participação formal direta dessas pessoas nos diagnósticos. Campo Mourão informou considerar suas demandas e manifestações, enquanto Francisco Beltrão informou a atuação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI[1]) junto à comunidade. Embora não haja participação formal, a participação pode ocorrer de forma indireta, uma vez que as demandas e necessidades das pessoas com deficiência podem ser encaminhadas ao Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) para conhecimento e providências.

Também não existe canal institucional específico para recebimento e acompanhamento das demandas de acessibilidade em Guarapuava, Cornélio Procópio, Londrina, Medianeira, Dois Vizinhos, Curitiba, Pato Branco, Campo Mourão, Santa Helena e Francisco Beltrão, sendo utilizadas diferentes formas de encaminhamento, como Ouvidoria, Fala.BR, e-mail, sistemas de chamados e comunicação direta aos Núcleos de Acessibilidade ou setores técnicos.

A ausência de uma base consolidada das demandas, associada à inexistência de classificação institucional de criticidade, dificulta relacionar a barreira identificada, o grau de prioridade, o custo estimado, a fonte de financiamento, o campus, o prazo e a situação da intervenção.

[1] Núcleo de Acessibilidade e Inclusão: atua no acolhimento, orientação e acompanhamento de estudantes público-alvo da educação especial, promovendo condições de acesso, participação e aprendizagem e apoiando ações de inclusão.

2.5. POSICIONAMENTO DA UNIDADE AUDITADA REFERENTE A PROJETOS DE NOVAS EDIFICAÇÕES EOBRAS EREFORMAS

2.5.1 PROJETOS DE NOVAS EDIFICAÇÕES

A DEPROJ/DIRPRO informou que os projetos de novas edificações incorporam requisitos de acessibilidade desde a fase de concepção, observando a ABNT NBR 9050:2020/Errata 1:2021 e as diretrizes estabelecidas na OT-003/2025 – Orientação Técnica de Elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia.

Nos projetos elaborados pela equipe técnica interna, os parâmetros de acessibilidade são considerados desde as etapas iniciais. Nas contratações externas, os Termos de Referência estabelecem a obrigatoriedade de atendimento às normas técnicas aplicáveis e à OT-003/2025. A unidade informou, ainda, que são realizados Relatórios de Análise de Projetos para avaliação dos aspectos de acessibilidade, quando solicitados pareceres técnicos.

2.5.2 OBRAS E REFORMAS

Quanto às obras e reformas, a DEPROJ/DIRPRO informou que são adotados os mesmos procedimentos aplicados aos projetos de novas edificações, tanto nos projetos elaborados pela equipe técnica da DIRPRO quanto naqueles submetidos pelos campi para análise técnica. Informou também a existência de processo SEI destinado à governança da acessibilidade física arquitetônica, com elaboração de laudos de acessibilidade por edificação, utilizados para subsidiar planos de ação e o acompanhamento das condições de acessibilidade.

A DIRPRO informou, ainda, que realiza periodicamente Editais de Chamada Pública para descentralização de recursos destinados à manutenção, adaptação e adequação da infraestrutura física dos campi, tendo a acessibilidade arquitetônica entre os eixos prioritários.

2.5.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E PLANO E ORÇAMENTO PARA CORREÇÃO

Segundo a DEPROJ/DIRPRO, os principais problemas relacionados à execução das intervenções de acessibilidade são: dificuldades e atrasos nos processos de contratação de serviços de manutenção predial; restrições de cronograma decorrentes do calendário acadêmico e de outras prioridades dos campi; e ausência ou demora no retorno das unidades às diligências relacionadas ao acompanhamento das demandas.

Para mitigar as dificuldades, a DIRPRO informou ter aprimorado os editais de descentralização de recursos, com inclusão de travas e penalidades para unidades com pendências informacionais ou de prestação de contas, além de regras de pontuação e bônus destinadas a incentivar a apresentação de projetos em nível executivo completo e priorizar os campi não contemplados anteriormente.

3. RECOMENDAÇÕES E PLANOS DE AÇÃO

Diante de todo o exposto, propõe-se a seguinte recomendação:

Recomendação 3.1: Recomenda-se à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), com apoio técnico da Diretoria de Projetos e Obras (DIRPRO), instituir procedimento institucional para padronizar a avaliação, o registro e a classificação por criticidade das demandas de acessibilidade arquitetônica dos campi da UTFPR, com critérios objetivos de priorização das intervenções, considerando riscos, impacto na autonomia e mobilidade das pessoas, relevância das rotas e ambientes afetados, abrangência da intervenção e urgência de atendimento. O procedimento deverá prever o registro atualizado das inconformidades de todos os campi, as respectivas prioridades e, se possível, uma estimativa preliminar dos recursos financeiros necessários à execução das obras de acessibilidade. A metodologia deverá contemplar, sempre que possível, a participação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão e/ou dos setores responsáveis pelo acompanhamento das pessoas com deficiência, incorporando as necessidades dos usuários à definição das prioridades.

4. CONCLUSÃO

A análise conjunta das informações arquitetônicas e orçamentárias demonstra que a UTFPR vem desenvolvendo ações contínuas de acessibilidade arquitetônica, mediante obras, adaptações, aquisição de equipamentos, manutenção e descentralização de recursos. A DIRPRO dispõe de mecanismo institucional para descentralização de recursos, inclusive mediante editais com critérios objetivos, e os campi vêm realizando intervenções de acordo com suas condições e necessidades.

Entretanto, permanecem barreiras arquitetônicas pendentes de solução e, conforme informado pela DIRPRO, as dotações orçamentárias disponíveis são inferiores ao montante necessário para eliminar integralmente as barreiras existentes.

Diante desse cenário, a questão central identificada pela auditoria não consiste apenas na insuficiência de recursos para atender simultaneamente todas as demandas, mas na necessidade de fortalecer a integração entre os diagnósticos arquitetônicos, a classificação das inconformidades, a priorização das intervenções e o planejamento orçamentário.

A adoção de uma sistemática institucional única permitiria que, mesmo diante de restrições orçamentárias, as demandas fossem registradas, classificadas por criticidade, priorizadas e organizadas em planos de ação, com estimativa de custos. Isso possibilitaria direcionar os recursos disponíveis para as situações de maior impacto e acompanhar, de forma sistemática, a redução do passivo de acessibilidade.

Vale acrescentar que a AUDIN, por força da lei, não realiza e não se responsabiliza pelos atos de gestão. As ações da AUDIN, que visam fortalecer os controles internos, não elidem, sobremaneira, a incessante responsabilidade de cada chefia em produzirem e executarem os seus próprios controles de gestão (Art. 17 do Decreto n.º 3.591/2000 e Art. 7º da IN Conjunta PR/CGU n.º 1/2016).

É este o relatório.

Leandra Maria Ortigara
Administradora

Ciente e de acordo

Tatiane Duarte Dias Mohr
Chefe da Auditoria Interna da UTFPR

ANEXO I

1.1 MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE EXAMINADA

A unidade auditada se manifestou por meio do Despacho DIRPRO, documento SEI n.º 5996075, no processo SEI n.º 23064.042251/2026-60, nos seguintes termos:

> Em atenção ao Ofício nº 28/2026 – AUDIN (SEI nº 5977224), que encaminha o Relatório Preliminar de Auditoria nº 202603-01 (SEI nº 5977212) e oportuniza manifestação da gestão quanto aos resultados apresentados, especialmente em relação à redação e ao conteúdo das recomendações propostas, a Diretoria de Projetos e Obras – DIRPRO juntamente com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD, apresentam as considerações a seguir.
>
> Inicialmente, registra-se que esta Diretoria reconhece a pertinência da recomendação no que se refere à necessidade de aprimoramento e padronização dos procedimentos institucionais destinados à avaliação, registro e priorização das demandas relacionadas à acessibilidade arquitetônica nos campi da UTFPR.
>
> Entretanto, entende-se necessária uma adequação no escopo da Recomendação 3.1, do relatório, especialmente quanto à previsão de elaboração e manutenção de um plano institucional de acessibilidade arquitetônica contendo estimativas de custos e cronogramas para as intervenções em todas as edificações da Universidade. A redação preliminar atualmente propõe o levantamento periódico, o registro sistematizado e a priorização por criticidade das demandas dos 13 campi, incluindo estimativas de custos, cronograma e situação das providências, com posterior elaboração e atualização de plano institucional de acessibilidade arquitetônica.
>
> A elaboração e, sobretudo, a manutenção permanente de um instrumento dessa amplitude demandariam significativa capacidade operacional das equipes técnicas de engenharia e arquitetura dos campi e da Reitoria. Atualmente, as unidades responsáveis pela infraestrutura física possuem, em diferentes graus, quadros técnicos reduzidos, concomitantemente submetidos a elevado volume de atividades relacionadas à manutenção predial, elaboração e análise de projetos, fiscalização de obras e serviços, contratações, regularização das edificações, segurança contra incêndio, atendimento a órgãos de controle e demais demandas necessárias ao funcionamento da infraestrutura universitária.
>
> Além dessa limitação operacional, a definição antecipada de cronogramas de execução e estimativas orçamentárias consolidadas para todo o passivo de acessibilidade apresenta dificuldades práticas, uma vez que a execução das intervenções depende da disponibilidade de recursos em cada exercício, da obtenção de recursos descentralizados ou extraordinários, da elaboração prévia dos respectivos projetos, dos procedimentos de contratação e das prioridades institucionais vigentes.
>
> O próprio Relatório Preliminar reconhece que os recursos atualmente disponíveis são insuficientes para atendimento integral das demandas de acessibilidade e que a disponibilidade orçamentária constitui condicionante para execução das intervenções em diversos campi.
>
> Outro aspecto a ser considerado é que a acessibilidade já integra o planejamento estratégico institucional da UTFPR, estando expressamente contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI vigente, especialmente no Eixo Infraestrutura Física e no Macro-objetivo 73, que prevê a promoção da melhoria da infraestrutura dos espaços e serviços acadêmicos dos campi para garantia da acessibilidade digital, física e arquitetônica.
>
> Nesse sentido, entende-se que a instituição de um novo plano institucional específico, com finalidade de planejamento estratégico semelhante àquela já contemplada no PDI, poderá

produzir sobreposição de instrumentos e aumento das atividades administrativas e técnicas necessárias à sua elaboração e atualização, sem garantia de ganho proporcional de efetividade.

Por outro lado, esta Diretoria considera tecnicamente viável e institucionalmente relevante, com a atual estrutura de pessoal, a elaboração de uma Nota Técnica ou Orientação Técnica Institucional destinada a padronizar a avaliação e a priorização das condições de acessibilidade arquitetônica das edificações da UTFPR.

Tal instrumento poderá estabelecer metodologia única para identificação e classificação das inconformidades, definindo critérios objetivos e uma escala institucional de prioridades, considerando, entre outros aspectos:

- risco à segurança e à integridade dos usuários;
- comprometimento das rotas acessíveis;
- impossibilidade ou restrição de acesso a ambientes e serviços essenciais;
- impacto sobre a autonomia e mobilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- quantidade e perfil dos usuários potencialmente beneficiados;
- existência ou não de solução alternativa temporária;
- abrangência da intervenção;
- urgência de atendimento;
- complexidade técnica da solução necessária.

A proposta está alinhada, inclusive, ao próprio diagnóstico apresentado pela AUDIN, que identificou ausência de metodologia institucional comum para classificação das inconformidades segundo critérios de risco, impacto na autonomia e mobilidade, abrangência e urgência.

A partir dessa metodologia, cada campus poderá manter inventário simplificado e atualizado das demandas de acessibilidade, contendo a edificação, a inconformidade identificada, o nível de prioridade, a intervenção recomendada e a situação da providência. A estimativa de custo poderá ser incorporada quando houver projeto, orçamento ou elementos técnicos suficientes para sua elaboração, evitando-se a obrigação de produzir estimativas prematuras e sujeitas a elevado grau de imprecisão.

As informações resultantes desse processo poderão subsidiar o planejamento anual dos campi, os processos de priorização institucional e os editais de descentralização de recursos promovidos pela DIRPRO, estabelecendo vínculo objetivo entre o grau de criticidade das demandas e a aplicação dos recursos disponíveis.

Sugere-se, adicionalmente, que a metodologia estabeleça a participação, sempre que possível, dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão – NAI, dos setores responsáveis pelo acompanhamento das pessoas com deficiência e dos próprios usuários, especialmente na identificação das barreiras que produzam maior impacto sobre a autonomia, mobilidade e utilização dos espaços. Tal medida também contribuirá para atender ao achado da Auditoria quanto à ausência de participação formal e uniforme das pessoas com deficiência nos diagnósticos realizados nos campi.

Diante do exposto, esta Diretoria sugere à Auditoria Interna a alteração da redação do item 3.1 - Recomendação , propondo-se, para avaliação, o seguinte texto:

Recomendação 3.1: Recomenda-se à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD, com apoio técnico da Diretoria de Projetos e Obras – DIRPRO, instituir

procedimento institucional destinado a padronizar a avaliação, o registro e a classificação por criticidade das demandas de acessibilidade arquitetônica dos campi da UTFPR.

O procedimento deverá estabelecer critérios objetivos que permitam identificar e priorizar as intervenções necessárias nas edificações, considerando, entre outros fatores, risco, impacto sobre a autonomia e mobilidade das pessoas, relevância da rota ou ambiente afetado, abrangência da intervenção e urgência de atendimento.

Recomenda-se que as unidades mantenham registro atualizado das principais inconformidades identificadas, respectiva classificação de prioridade, providências adotadas ou previstas e, quando tecnicamente disponível, estimativa preliminar dos recursos necessários.

As informações consolidadas deverão subsidiar o planejamento institucional previsto no PDI, a definição das prioridades de investimento e a alocação dos recursos orçamentários disponíveis para ações de acessibilidade, observadas a capacidade técnica das unidades, a disponibilidade orçamentária e os instrumentos de planejamento e contratação existentes.

Recomenda-se, ainda, que a metodologia contemple, sempre que possível, a participação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão e/ou dos setores responsáveis pelo acompanhamento das pessoas com deficiência, de forma a incorporar as necessidades dos usuários ao processo de definição das prioridades.

Entende-se que a redação proposta mantém o objetivo central da recomendação apresentada pela Auditoria Interna, especialmente quanto à necessidade de uma sistemática institucional uniforme de diagnóstico, registro e priorização, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismo compatível com a atual capacidade operacional da Universidade e evita a criação de instrumento de planejamento redundante em relação ao PDI.

Registra-se, ainda, que a UTFPR já desenvolve ações contínuas relacionadas à acessibilidade arquitetônica e que a DIRPRO dispõe de mecanismo institucional de descentralização de recursos mediante editais com critérios objetivos, circunstâncias reconhecidas no próprio Relatório Preliminar. A metodologia ora proposta poderá, portanto, aprimorar esses mecanismos, vinculando progressivamente a priorização dos recursos à criticidade das situações identificadas em cada campus.

Diante dessas considerações, encaminha-se a presente manifestação à Auditoria Interna para análise e, se considerada pertinente, incorporação das alterações sugeridas à versão definitiva do Relatório de Auditoria nº 202603-01.

1.2 ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA

A manifestação apresentada pela unidade examinada foi acatada.

Após reunião com a unidade, consideraram-se pertinentes os argumentos relativos à limitação de capacidade operacional das equipes técnicas e à dificuldade de estabelecer, de forma antecipada, estimativas de custo e cronogramas para a totalidade do passivo de acessibilidade, bem como a proposta de que a sistemática seja instituída por Nota Técnica ou Orientação Técnica Institucional.

Em decorrência, a redação da Recomendação 3.1 foi adaptada, incorporando-se os critérios de classificação e a previsão de participação dos usuários propostos pela unidade. Manteve-se o objetivo central da recomendação, consistente na instituição de sistemática institucional uniforme de avaliação, registro e priorização das demandas de acessibilidade arquitetônica.

ANEXO II

1 CONTABILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS

A contabilização de benefícios financeiros e não financeiros é realizada conforme preconiza a IN CGU nº 10/2020 CGU, que aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Esta contabilização só ocorrerá após a efetiva recuperação de valores ou implementação das recomendações sugeridas.

BENEFÍCIOS FINANCEIROS:	
Valor de Gastos Indevidos Evitados:	
Valores Recuperados:	
Valor Total de Benefícios Financeiros:	**R$**
BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS:	
Missão, Visão e/ou Resultado - Repercussão Transversal	
Missão, Visão e/ou Resultado - Repercussão Estratégica	
Missão, Visão e/ou Resultado - Repercussão Tático/Operacional	
Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos - Repercussão Transversal	
Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos - Repercussão Estratégica	Item 3.1
Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos - Repercussão Tático/Operacional	
Total dos Benefícios Não-Financeiros	